



**MARCO
MACIEL**

**CINCO SÉCULOS
DO DESCOBRIMENTO**

ANO 2000

CINCO SÉCULOS DO DESCOBRIMENTO ANO 2000

Brasil e Portugal preparam-se para comemorar os cinco séculos do Descobrimento. Para a antiga metrópole, as celebrações dizem respeito a uma etapa crucial de sua evolução histórica, que traduz, essencialmente, a expansão geográfica de suas fronteiras, através do tema “Os Oceanos”, que centrou a Exposição Internacional de Lisboa de 1998. Para nós, brasileiros, é a oportunidade de avaliarmos o nosso destino como Nação.

Em 1922, no Centenário da Independência, já vivenciamos uma etapa densa desta avaliação. Além da Exposição Internacional do Centenário, realizamos o 1º Congresso de História Nacional, cujos resultados serviram para despertar uma reflexão que logo se desdobrou em acontecimentos como a Semana de Arte Moderna, definida por Gilberto Amado como “*o despertar do Brasil dentro de nós*”. Foi também nesse ano que se iniciou, segundo o historiador Hélio Silva, “*o ciclo das revoluções*” com o movimento do ciclo de julho, que mais tarde desencadeou as revoluções que puseram fim à República Velha, marco de nossa evolução para a Era Moderna. No Centenário da República, deveríamos ter retomado esse balanço crítico, o que certamente teria sido extremamente útil na redefinição de nossos rumos históricos. Lamentavelmente, contudo, os movimentos políticos de então não nos permitiram concretizar esse objetivo. No dia 15 de novembro de 1989, estávamos envolvidos no processo de restauração da eleição direta para presidente da República, ao mesmo tempo em que o mundo se via surpreendido pela queda do Muro de Berlim, que, de acordo com o historiador inglês Eric Hobsbawn, pôs fim ao que chamou de “*o breve século XX*”. A sucessão de problemas que turbaram o panorama político brasileiro terminou predominando sobre o desejo de uma comemoração adequada que, como senador, eu havia proposto seis anos antes.

Hoje, passada a crise e retomada a normalidade do processo institucional brasileiro, torna-se imprescindível que o Quinto Centenário não signifique mais uma oportunidade perdida para restaurarmos a História, preservarmos a memória e, conseqüentemente, definirmos nossa própria trajetória.

Foi na Bahia que começamos o grandioso processo de miscigenação e crescimento de que nasceu, na observação de Gilberto Freyre, a mais bem sucedida “civilização dos trópicos”. O êxito, contudo, não nos dispensa de repensar nossas carências, lamentarmos nossas oportunidades perdidas ou comemorarmos as conquistas.

Na Independência, éramos cerca de três milhões de habitantes de um imenso país, desconhecido em sua maioria e cercado de incertezas. Passamos de uma sociedade sem classes para uma imensa sociedade de massas, complexa, criativa e inquieta. Construimos nossas próprias instituições, passamos de Monarquia à República e de um Estado unitário a uma assimétrica e diversificada Federação. Criamos indústrias, rasgamos estradas, intensificamos nosso comércio e exploramos uma parte de nossas riquezas naturais. Sob muitos aspectos, a vida social transformou-se.

A miscigenação nos enriqueceu, mas não superou alguns dos nossos graves problemas. Houve

“Foi na Bahia que começamos o grandioso processo de miscigenação e crescimento de que nasceu, na observação de Gilberto Freyre, a mais bem sucedida “civilização dos trópicos”.

CINCO SÉCULOS DO DESCOBRIMENTO ANO 2000

revoltas, rebeliões e insurreições, mas conseguimos que os sentimentos democráticos sobrevivessem, como uma aspiração permanente. A vida política tornou-se, ao mesmo tempo, mais participativa e conflitiva, como em toda democracia. Sabemos o que somos, de onde viemos e seguramente o que queremos. O que talvez nem sempre tenha sido claro é o caminho que teríamos de trilhar para atingir nossos objetivos.

A história, sabemos, não é uma trajetória linear sem atalho. Às vezes, há retrocesso, mas a despeito deles, é possível avançar. A crença de que temos um grande destino parece ter permeado a nossa civilização. Somos um povo operoso, assumimos desafios e superamos obstáculos. Temos unidade territorial e unidade lingüística. Mantemos a unidade nacional, sem artifícios, sobretudo porque soubemos valorizar a diversidade. Tudo isso é um enorme patrimônio de que podemos nos orgulhar. Padecemos as dores do crescimento e muitas delas, ainda, estão presentes no nosso cotidiano, como os constrangimentos impedindo que o bem-estar possa ser desfrutado por todos.

A vida social, a vida real, a realidade econômica e os transtornos políticos inspiram a poderosa e talentosa literatura a um acentuado espírito crítico, um enorme sinal de vitalidade. Enriquecemos, nesse campo, a língua que herdamos. Nossa grande contribuição à convivência de tantas raças, de muitas origens e de várias culturas, talvez tenha sido, contudo, a mobilidade social extremamente rica de um país em constante transformação e sujeito a sucessivas e entremetentes mudanças. Aqui, convivem as mais variadas confissões religiosas e os descendentes de outros povos que adensaram o nosso patrimônio cultural, intelectual e moral.

Todo esse itinerário torna indispensável que aproveitemos a passagem dos 500 anos - que emblematicamente coincide com o início do

terceiro milênio da era cristã - não apenas para festejar a data, mas, sobretudo, para refletir sobre as nossas expectativas do futuro. O que é mais importante é estarmos, finalmente, no caminho certo: instauramos a democracia, estamos consolidando um processo de desenvolvimento sustentado e marchamos - o que é extremamente significativo - para vencer as enormes desigualdades sociais, individuais e regionais.

Não podemos perder, portanto, a passagem dos 500 anos para, iluminados pelo passado, refletirmos sobre o futuro que abre expectativas extremamente positivas para o Brasil.

Discutir o sentido da história tem sido, há alguns anos, uma tarefa de pensadores que ainda hoje continuam a indagar se a história tem mesmo sentido. A questão do tempo, no entanto, embora indissociável da evolução histórica, tem um significado ainda mais amplo, que envolve, nas mesmas especulações, pessoas e instituições preocupadas com as dimensões do universo e o nosso próprio destino.

Nada disso supera, porém, a necessidade humana de contar e medir o tempo e, o que é mais importante, comemorá-lo em ocasiões muito especiais. No fim do primeiro milênio da Era Cristã, registra-se que havia uma generalizada convicção da chegada do fim do mundo e conseqüentemente

“Passamos de uma sociedade sem classes para uma imensa sociedade de massas, complexa, criativa e inquieta”.

“Sabemos o que somos, de onde viemos e seguramente o que queremos. O que talvez nem sempre tenha sido claro é o caminho que teríamos de trilhar para atingir nossos objetivos”.

CINCO SÉCULOS DO DESCOBRIMENTO

ANO 2000

da história, exatamente como há pouco se proclamou como forma de indicar o suposto termo dos conflitos ideológicos.

A importância desses marcos cronológicos cresce quando nos damos conta que poucas gerações têm o privilégio de conhecer a virada dos séculos e raríssimas a dos milênios, como a que vamos experimentar a partir do fim de 1999, ainda que o século XXI só tenha início, segundo o calendário gregoriano, quando terminar o ano seguinte. No fim desses últimos dois mil anos, não estaremos comemorando apenas o transcurso do novo século ou de um outro milênio, mas a própria continuidade, nesse mesmo período, do marco que dividiu a história e iniciou a era do cristianismo, representado pelo advento de uma fé que se perpetuou e se expandiu, sobretudo no mundo ocidental.

O jubileu de Cristo, para o qual a Igreja Católica já vem se preparando há algum tempo, vai coincidir com os primeiros 500 anos de nossa existência como nação e deve nos impor o dever de indagar, como têm feito outros povos, o sentido - se é que ele existe - de nossa própria história.

Sabemos até onde e como chegamos. Temos já uma longa e rica experiência de crítica e de severa autocrítica. Lamentamos nossos defeitos e, com menos freqüência, louvamos nossas virtudes. Duas vertentes que se aproximam, com muita propriedade, em dois livros emblemáticos: *Porque me ufano de meu País*, de Afonso Celso, e *O Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, em que o ufanismo e o otimismo se confrontam com um pessimismo que, em geral, costumamos pensar retrospectivamente.

O sentido de nossa história a que aludimos, porém, não é uma

avaliação do passado, mas a tentativa necessária de abandonarmos os velhos hábitos e, ao mesmo tempo, de pensarmos o futuro.

Em 1983, como senador, propusemos a mesma atitude em relação ao Centenário da República. Cremos que agora o nosso dever consiste, tal como estamos fazendo em relação a 2004, quando se realizarão os primeiros jogos olímpicos do século XXI, na conjugação de esforços para que todos, instituições e entidades das mais diferentes tendências, possam debruçar-se sobre os rumos que pretendemos imprimir ao País e quais as alternativas viáveis para atingirmos as metas que viemos traçar.

Em última análise, estaremos retomando o velho mas nunca superado debate sobre o curso que queremos dar à nossa própria história. É possível que, sob inúmeros aspectos, o Brasil do próximo século venha a estar mais diferente do século XX, do que hoje do século XXI. Para tanto, precisamos apenas de uma simples, mas firme determinação, sem que isso implique eliminar divergências, o que significaria, lamentavelmente, por fim à nossa rica diversidade, um dos nossos maiores patrimônios ao longo dos últimos 500 anos.

“A história, sabemos, não é uma trajetória linear sem atalho. As vezes, há retrocessos, mas a despeito deles, é possível avançar”.

“Sabemos até onde e como chegamos. Temos já uma longa e rica experiência de crítica e de severa autocritica. Lamentamos nossos defeitos e, com menos frequência, louvamos nossas virtudes”.

Marco Maciel foi eleito, em 1994, e reeleito, em 1998, vice-presidente da República na chapa liderada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Elegeu-se senador por Pernambuco sucessivamente em 1982 e em 1990, exercendo na referida Casa relevantes funções, inclusive as de líder de seu partido, o PFL. Foi deputado federal por duas legislaturas, tendo presidido a Câmara Federal e a Fundação Milton Campos de Estudos e Pesquisas Políticas. Convidado por Tancredo Neves, foi Ministro da Educação no Governo José Sarney. A seguir, ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Governou o Estado de Pernambuco (1979/1982) depois de ter exercido o mandato de deputado estadual, ocasião em que desempenhou as funções de líder do governo na Assembléia Legislativa.

Em meio às suas atividades acadêmicas, presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco. É advogado e professor titular (licenciado) de Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco.

Entre os projetos de sua iniciativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacam-se os que resultaram na lei que fixa normas para engenharia genética e regula a liberação de organismos geneticamente modificados (clones); e no que trata da arbitragem para dirimir litígios.

Escreveu os livros *Vocação e Compromisso* (1982, José Olympio Editora); *Educação e Liberalismo* (1987, idem); e *Liberalismo e Justiça Social* (1987, Instituto Tancredo Neves). Nasceu no Recife em 21/7/40 e é casado com Anna Maria Ferreira Maciel. Tem três filhos e dois netos.